

MOÇAMBIQUE

GUIÃO PARA ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADES DE ACOLHIMENTO DEPOIS DAS CRISES E DESASTRES



Moçambique

GUIÃO PARA ASSISTÊNCIA ÀS **FAMÍLIAS E COMUNIDADES DE ACOLHIMENTO** DEPOIS DAS CRISES E DESASTRES



 Cruz Roja Española





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

Ficha Técnica

Título: **Guião para assistência às famílias e comunidades
de acolhimento depois das crises e desastres**

Autora: **Antonella Vitale**

Traduzido para português: **Jorge Constantino Uamusse**

Layout e impressão: **Publifix**

A imagem no frontispício está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano Malangatana para Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

Cruz Vermelha de Moçambique

Av. Agostinho Neto 284, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21/ 49 81 39 - Fax: +258 21 49 77 25

E-mail: cvm@redcross.org.mz

Novembro de 2013 – Maputo - Moçambique

CRÉDITOS

O presente guião visa dar orientação passo-a-passo sobre como prestar assistência às comunidades vivendo em zonas propensas aos desastres em Moçambique e às suas famílias de acolhimento. Foi concebido para ser usado pela Cruz Vermelha de Moçambique, as suas contra-partes do Governo e organizações parceiras humanitárias nacionais e internacionais. Enfoque particular é dado ao abrigo na assistência às comunidades de acolhimento e às famílias de solidariedade.

Outros documentos elaborados (A zona de intervenção deste estudo é a província central da Zambézia, uma das zonas mais afectadas pelos desastres naturais, e em particular nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa) que contribuem para o presente guião são os seguintes:

1. Uma **análise do acolhimento espontâneo que teve lugar depois dos desastres naturais na Zambézia, principalmente em Namacurra e Maganja da Costa**, derivada das visitas ao terreno e entrevistas com informantes chave, famílias desalojadas e famílias de acolhimento, para compreender melhor quais foram as suas necessidades mais urgentes depois das cheias de 2013.
2. Um **estudo sociológico** do meio ambiente, habitat, habitação, uso e aproveitamento da terra na Zambézia, para informar as decisões programáticas sobre o tipo de apoio adequado.
3. Uma visão geral das **experiências internacionais** onde as famílias e as comunidades de acolhimento foram apoiadas com sucesso, tornando-se num tipo de resposta bastante relevante e eficaz em termos de custos, quando comparado com outras soluções de abrigo.

A assistência das comunidades de acolhimento e famílias de solidariedade é um tipo de assistência emergente que começa a ser reconhecido e considerado para o apoio por parte de várias organizações e entidades do governo no mundo. Foi observada em Moçambique durante as últimas emergências na sua forma espontânea, aquando da resposta às cheias de 2013. Estudos de caso constam no resultado três desta consultoria.

ÍNDICE

Glossário de termos:	6
Glossário de acrónimos:	7
<i>Introdução</i>	9
A. Estrutura de resposta à emergência em Moçambique e o ambiente criado ..	12
B. Plano de contingência	17
C. Plano de preparação	22
D. Plano de emergência.....	25
 <i>ANEXOS</i>	
ANEXO 1: Referências	36
ANEXO 2: Formulários de avaliação da CVM e da FICV sobre os agregados familiares	39
ANEXO 3: Formulários de avaliação das famílias de acolhimento do Haiti, FICV	41
ANEXO 4: Recomendações extraídas das “Directrizes para as Comunidades de Acolhimento”, IASC, Grupo Técnico de Trabalho do Cluster de Abrigo. Haiti, Junho de 2010	42

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Comunidade de acolhimento: uma comunidade que possui deslocados internos vivendo nas casas dos membros da comunidade e/ou de forma espontânea ou em centros de acomodação formais nas proximidades. (ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e nas Comunidades de Acolhimento: Assistência aos acordos de acolhimento, 2012).

Família de solidariedade: indivíduos deslocados e suas famílias de acolhimento devem ser considerados juntamente como uma única unidade recipiente, a família de solidariedade. (IASC, Haiti, Grupo Técnico de Trabalho do Cluster de Abrigo “Directrizes sobre o Levantamento das Necessidades das Famílias e Comunidades de Acolhimento”, Abril de 2010).

Família/Pessoa de Acolhimento: uma família vivendo dentro de uma comunidade de acolhimento, que acolhe deslocados internos dentro da sua própria casa. (ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e nas Comunidades de Acolhimento: Assistência para acordos de acolhimento, 2012).

Família/Pessoa Deslocada ou Deslocados Internos: Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a abandonar as suas casas ou lugares de residência habitual, em particular como resultado de/ou para evitar os efeitos de um conflito armado, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo homem, e que ainda não atravessaram uma fronteira de um estado internacionalmente reconhecido. (Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno. <http://www.idpguidingprinciples.org>)

Acolhimento de Pêndulo: uma relação de acolhimento que permite à pessoa ou família deslocada regressar periodicamente para a sua casa para verificar a segurança das suas casas, propriedade ou culturas alimentares. (ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e nas Comunidades de Acolhimento: Assistência em acordos de acolhimento, 2012).

Centros de acomodação: são edifícios e estruturas pré-existentes usados para o reassentamento colectivo e comunitário da população deslocada em caso de um conflito ou desastres naturais. (ACNUR e OIM, Directrizes para os Centros de Acomodação, 2010).

GLOSSÁRIO DE ACRÓNIMOS

OBC	Organização Baseada na Comunidade
CCGC*	Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades
CLGRC*	Comité Local de Gestão do Risco de Calamidades
CENOE*	Centro Nacional Operativo de Emergência
COE*	Centro de Operações de Emergência Nível (Provincial)
COSACA	Consórcio de ONGs (Concern, Save the Children, Care)
CTGC*	Conselho Técnico de Gestão de Calamidades
CVM*	Cruz Vermelha de Moçambique
CVE	Cruz Vermelha da Espanha
GRC	Gestão do Risco de Calamidades
RRD	Redução do Risco de Desastres
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FEWS NET	Rede dos Sistemas de Aviso Prévio Contra a Fome
AAA	Ação Agrária Alemã
HCT	Equipa Nacional Humanitária
HCT-WG	Equipa Nacional Humanitária - Grupo de Trabalho
FICV	Federação Internacional das Sociedades Cruz Vermelha e Crescente Vermelho
INAM*	Instituto Nacional de Meteorologia
INE*	Instituto Nacional de Estatística
INGC*	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais
OIM	Organização Internacional da Migração
MZN	Meticais (i.e. Moeda moçambicana)
NFIs	Bens Não Alimentares
ONGs	Organizações Não Governamentais
OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
NU	Nações Unidas
UNAPROC*	Unidade Nacional de Protecção Civil
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
WASH	Água, Saneamento e Higiene

* Os acrónimos dos Ministérios do Governo de Moçambique e os seus órgãos são os seus nomes oficiais em Português

INTRODUÇÃO

Quando um desastre ocorre geralmente as pessoas confiam no apoio que é prestado espontaneamente através de amigos e familiares, e às vezes pessoas estranhas. Esta assistência genuína e espontânea pode salvar vidas, uma vez que as pessoas acolhidas recebem alimentos, água, abrigo e têm um ambiente familiar seguro durante para os primeiros dias após o desalojamento.

Este apoio pode ser suplementado e prolongado durante semanas com estas e outras formas de assistência humanitária, tais como meios de vida, bens não alimentares, saneamento do meio/higiene (WASH) para garantir que estes acordos de acolhimento sejam sustentáveis, e não se tornem uma sobrecarga.

Para fins de programação, as famílias de acolhimento e as famílias acolhidas são consideradas como sendo uma única unidade de recipientes: a família de solidariedade.

Para garantir, tanto quanto possível, a implementação de acordos de acolhimento sólidos o apoio é prestado com base nas necessidades, para as famílias de solidariedade e as comunidades de acolhimento até ao regresso, reassentamento ou integração dos deslocados.

As diferentes opções de apoio considerado são apresentadas como uma série de listas de verificação das actividades adaptadas para o contexto moçambicano intituladas Assistência das Famílias de Acolhimento e comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais da FICV – um guião passo-a-passo, 2012. As actividades devem ser levadas a cabo para planificar e implementar um plano de apoio da comunidade de acolhimento e comunidades deslocadas. Além disso, estas directrizes incluem listas de verificação sobre como elaborar um plano de contingência e um plano de preparação, as funções e responsabilidades em apoio à estrutura do plano de contingência e de resposta à emergência em Moçambique.

Para que servem estas directrizes e para quem são destinadas?

Estas directrizes foram concebidas como uma ferramenta multi-sectorial para a assistência às pessoas afectadas pelos desastres naturais em Moçambique, quer seja as pessoas deslocadas assim como as comunidades de acolhimento. Atenção particular é dada às opções de apoio em abrigo. Foram concebidas para os gestores e profissionais que implementam programas do Governo de Moçambique e outras organizações nacionais e internacionais dentro das comunidades de acolhimento.

O seu propósito é de contribuir para melhorar a compreensão de/e a capacidade para satisfazer as necessidades das famílias de acolhimento e das comunidades de acolhimento – uma área negligenciada que só recentemente chamou a atenção dos intervenientes humanitários.

Benefícios e desafios do apoio da comunidade de acolhimento

A comunidade humanitária está a envidar esforços para reconhecer ou aceitar esta forma de assistência. Contudo, evidências começam a mostrar por contrário que o apoio da comunidade de acolhimento deve ser priorizado noutros tipos de assistência em grupo, o que pode parecer inicialmente mais fácil, mas que pode ser mais oneroso do ponto de vista social, médico e económico. Logo que as pessoas abandonam os centros de acomodação ou campos e passam para casas de familiares ou amigos, geralmente eles deixam de ser considerados como pessoas vulneráveis e são prematuramente excluídos das listas de beneficiários, sem que as suas necessidades tenham sido avaliadas. Abaixo alguns extractos da *“assistência das famílias de acolhimento e comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais da FICV – um guião passo-a-passo, 2012,”* em apoio ao apoio da comunidade de acolhimento.

‘...no Haiti depois do terramoto de 2010a experiência mostra que uma percentagem elevada, entre 70-85%, da população afectada encontrou refúgio dentro das comunidades de acolhimento e das famílias de acolhimento após o desastre. Como resultado disso, foram quase inteiramente, e pelo menos inicialmente, ignorados pela comunidade humanitária simplesmente porque o seu paradeiro era difícil de seguir por várias razões. Tudo o que era mais importante para os actores humanitários era de conhecer a presença do acolhimento nas actividades de resposta e a necessidade de sustentá-la antes de se tornar uma sobrecarga para todas as partes envolvidas, o que poderia depois induzir ao desalojamento adicional (para os centros de acomodação ou para outro lugar) e criar dificuldades.’

...Eficiência económica tem sido reconhecida pela avaliação de um programa de famílias de solidariedade em Goma, RDC em relação à assistência prevista nos centros de acomodação:

“A um custo de 175 Dólares Americanos per capita o projecto Umoja (n.d.r. Solidariedade) era comparável com uma intervenção num centro de acomodação com a duração de seis meses (Serra Leoa) e consideravelmente mais barato para as transferências de fundos em numerário para os deslocados internos nas famílias acolhidas, usado no Paquistão em 2009 e que foi eficiente. Umoja é também claramente sustentável, mas a um preço acrescido de urbanização.

Criar um programa de grande escala para um grande número de pessoas deslocadas e dispersas num espaço de terra enorme prova os desafios existentes do ponto de vista logístico e de monitoria.

A experiência mostra que tal desafio é compensado pela vantagem de ter e manter o maior número de pessoas deslocadas possível em condições de segurança sob um tecto e com acesso às instalações de saneamento básico até que o regresso, integração ou reassentamento sejam possíveis.

A rapidez é fundamental para uma resposta bem-sucedida. Os programas de apoio da comunidade de acolhimento devem ser definidos logo que possível, após a ocorrência de desastres naturais e devem tornar-se o ponto fulcral de um plano estratégico de recuperação rápida mais amplo.

Recomenda-se que logo que for possível os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC) sejam capacitados para desempenharem um papel no levantamento de dados e na monitoria do registo, enquanto mobilizam as suas comunidades.

A coordenação das estratégias da comunidade de acolhimento pode constituir um desafio, mas pode tornar-se muito mais simples se acções baseadas na comunidade forem levadas a cabo e se tal for em coordenação com o grupo de trabalho de apoio de uma comunidade de acolhimento inter-agência e inter-cluster.

É imperioso que haja coordenação entre sectores ou clusters para que qualquer implementação seja bem sucedida.

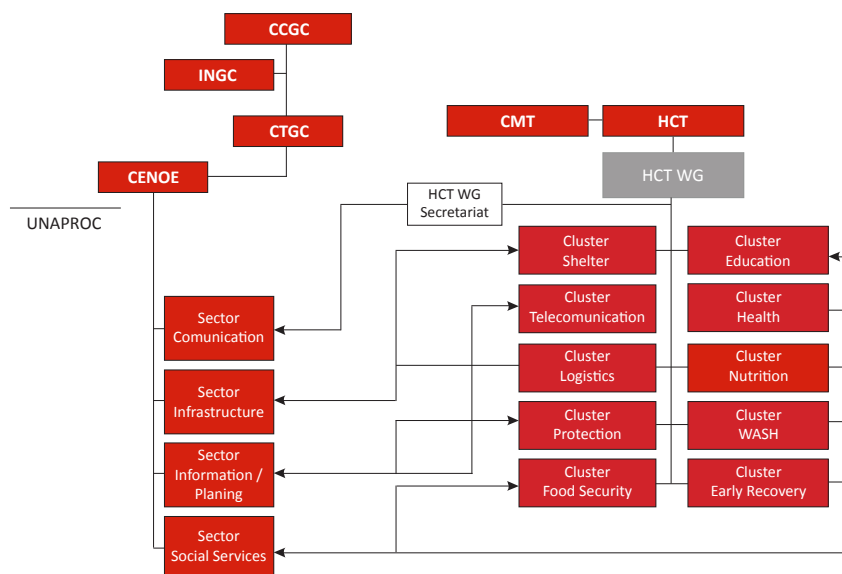
Este é particularmente o caso devido à complexidade relacionada com o acompanhamento de movimentos repetidos de pessoas deslocadas em meios ambientes rurais e urbanos semelhantes, bem como as suas necessidades em mudança.

A. Estrutura de resposta à emergência de Moçambique e o ambiente criado

Estrutura de resposta à emergência

Referência é feita ao 'Resultado 1 – Relatório de Terreno de Namacurra e Maganja da Costa', secção 3.1 'Uma década de desastres naturais em Moçambique' onde quer a natureza assim como os tipos de desastres mais frequentes são descritos. Importa salientar aqui que durante os últimos dez anos os padrões de temperatura no Vale do Baixo Zambeze tornaram-se mais imprevisíveis: a precipitação é errática e tem havido cheias e secas mais frequentes.

A secção 3.3 'Mecanismo de Resposta', e a secção 3.4 'Preparação para Desastres em Moçambique', do mesmo documento descreve o mecanismo de resposta à emergência existente e coordenado pelo Governo de Moçambique. O Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais (INGC) é o ponto focal do governo para a implementação do plano de resposta à emergência a nível nacional e provincial e anualmente define um plano de contingência. O Centro Nacional Operativo de Emergência (COE) funciona a nível provincial e distrital na implementação do plano de resposta com o apoio da administração local em coordenação com a CVM. Os CLGRC funcionam sob a orientação do INGC.



Mecanismo da coordenação entre o Governo de Moçambique e as organizações humanitárias (HCT)

Conforme foi reportado pelo Cluster de Abrigo da FICV no âmbito da ‘Revisão das Cheias em Moçambique em 2013’ (FICV, 22 de Agosto de 2013), por causa da natureza cíclica dos desastres, o Governo estabeleceu um sistema permanente para o processo de elaboração do plano de contingência e resposta. Os Grupos de Trabalho Sectoriais são activos durante o ano. Enquanto a continuidade é um critério fundamental para a garantia de sucesso em Moçambique, vale a pena recordar que os Clusters são activos a nível nacional e estão baseados em Maputo, com uma presença limitada a nível provincial. Os parceiros do cluster na resposta ao abrigo com as suas contrapartes do governo têm trabalhado para satisfazer as necessidades de abrigo inicialmente nos centros de acomodação e depois principalmente nos centros de reassentamento.

Embora o Cluster de Abrigo em Emergência no seu ‘Quadro Operacional do Cluster de Abrigo para Cheias em Moçambique’ (1 de Março de 2013), incluía na sua estimativa a população afectada que necessita de assistência depois das cheias de 2013, as famílias desalojadas vivendo com as famílias de acolhimento e incluídas na ‘Matriz das Opções Estratégicas de Abrigo’, ainda não haviam beneficiado, até à data, de nenhuma assistência formal das famílias de solidariedade na Zambézia, e possivelmente nem noutro lugar no país, conforme foi confirmado pela análise descrita nos resultados acima mencionados.

Na altura de elaboração deste documento, a assistência às famílias deslocadas registadas e que permaneciam nos centros de acomodação continuava a ser a única escolha por parte do Governo moçambicano às pessoas afectadas pelos desastres. Parece que o Governo não reconheceu a assistência das famílias de solidariedade como uma solução de abrigo de emergência, mesmo em áreas geográficas onde a resposta em abrigo iniciou dois meses depois da ocorrência do desastre. Saliente-se que em distritos tais como Namacurra e Maganja da Costa, por exemplo, os centros de acomodação estavam longe de ser suficientemente grandes e em termos de número para a população afectada em 2013, e devido às dificuldades de transporte na zona, a distribuição de tendas e kits de abrigo foi um grande desafio, o que fez com que as pessoas adoptassem a abordagem de família de solidariedade.

Isto foi feito espontaneamente pelas pessoas que decidiram ajudar-se mutuamente, mas sem enfrentarem dificuldades, uma vez que não receberam nenhum apoio de ajuda. É geralmente reconhecido que nas primeiras 72 horas depois da ocorrência de um desastre e antes do Governo poder estabelecer a sua resposta, activando os centros de acomodação, as primeiras e únicas entidades que participam na resposta à emergência são as famílias vivendo em zonas não afectadas e que disponibilizam as suas casas para as pessoas deslocadas.

Os argumentos em apoio à centralização de ajuda, com o risco de negar a assistência a uma grande parte da população afectada depois dos desastres naturais, são:

- tempo adicional necessário para identificar, registar e prestar assistência às populações afectadas;
- tempo adicional necessário para localizar e identificar os mais vulneráveis;
- risco adicional de dupla assistência;
- número adicional de pessoas clamando pela real necessidade de assistência.

Nenhuma resposta à emergência deve estar baseada em apenas um tipo de assistência para que seja bem sucedida e para que receba apoio de todas as pessoas necessitadas, incluindo os mais vulneráveis e de uma forma equitativa.

Considerando que os centros de acomodação são bastante úteis durante algum tempo para prestar apoio rápido em termos de socorro, deve-se garantir que:

- Estejam disponíveis em número suficiente;
- Sejam adequados para acolher as famílias afectadas com dignidade;
- Todas as comunidades e famílias afectadas necessitadas saibam que são elegíveis à assistência e que ela está disponível;
- As pessoas mais vulneráveis podem de facto chegar lá;
- A ajuda esteja disponível em quantidades adequadas para prestar assistência a todas as pessoas necessitadas (não só as que ficaram desalojadas devido ao desastre)
- A sua localização permite cuidados diários das propriedades danificadas e de terra por parte das pessoas deslocadas;
- As estratégias de saída estejam disponíveis para toda a gente.

Considerando os locais de reassentamento, deve-se assumir que:

- O reassentamento seja sempre voluntário;
- As disputas com as comunidades de acolhimento sejam tratadas e resolvidas através da provisão de instalações e serviços adicionais, incluindo instalações médicas e escolas;
- A redução do risco dentro dos locais de reassentamento seja real e que tome em conta todos cenários. Portanto, inclui ciclones e terremotos, para além das cheias, incluindo desta forma zonas de refúgio;
- A segurança alimentar seja tomada em conta e as pessoas sejam reassentadas em talhões suficientes para que possam desenvolver uma variedade de alimentos necessários para a sua subsistência;

- As oportunidades de meios de vida estejam disponíveis para eles a uma distância alcançável, numa base diária.

Ambiente criado

A falta de casas resistentes aos ciclones é uma questão persistente para Moçambique, que periodicamente força o governo e os parceiros a mobilizar fundos e recursos humanos para prestar resposta à emergência, em termos de materiais e auxílio, permanecendo ainda o principal problema não resolvido e as suas causas ainda por abordar.

Um factor a longo prazo que enfraquece as capacidades dos agregados familiares para lidar com os efeitos dos ciclones, é a falta de técnicas apropriadas usadas em grande escala para melhorar a solidez estrutural das casas, protegendo assim os agregados familiares de futuros perigos.’(*UN-Habitat, ‘Avaliação de Danos na Habitação Após a Ocorrência de Um Desastre, Província da Zambézia, Moçambique’, Março de 2012*)

Considerando o período de 30 anos na Província Zambézia, as questões de abrigo causadas pelos ciclones e tempestades tropicais são um problema endémico, principalmente devido à falta de edifícios resistentes aos perigos naturais.

O mesmo documento da *UN-Habitat* indica que representantes da comunidade que foram consultados reportaram que durante a sua vida, levaram a cabo pelo menos cinco acções de reconstrução devido aos ciclones. Esta situação representa um recuo constante para o desenvolvimento das comunidades em termos de crescimento económico e os custos envolvidos em termos de recursos humanos.

Nas comunidades rurais, o processo de reconstrução envolve menos recursos financeiros e levam mais tempo (1 – 3 meses) para serem desenvolvidos; a participação ao nível da comunidade poderia ser mais elevada, sendo pessoas já habituadas a fazer a autoconstrução das suas casas, usando materiais locais obtidos no terreno (cobertura vegetal para o tecto) ou aplicar os seus próprios blocos secos ao sol;

Nas zonas urbanas, a reconstrução de casas deve ser considerada como sendo uma questão de desenvolvimento a longo prazo:

As actividades de construção poderiam levar menos tempo (menos de um mês), dependendo dos danos específicos, mas envolvem um orçamento mais elevado por cada casa a ser reconstruída, sendo os donos menos envolvidos no processo de autoconstrução; nas zonas urbanas as famílias estão habituadas a comprar os seus materiais de construção e a contratar um pedreiro para construir as suas casas;

Algumas das principais causas da vulnerabilidade das casas que foram identificadas pela *UN-Habitat*, juntamente com a falta geral de conhecimentos por parte dos construtores de casas resistentes às cheias e aos ciclones ao nível local, são:

- Ausência de um sistema adequado de fundação reforçada;
- Ausência de estabilização ou compactação para materiais de reboco de parede (areia / blocos de adobe);
- Ausência de sistemas de retenção (escoramento) para as paredes;
- Ligações frágeis entre a estrutura primária das paredes e uma estrutura secundária de estacas de cana, caso existam;
- Não há sistemas de fecho ou a estruturas de reforço (lintéis) para as aberturas;
- Mistura deficiente para blocos de adobe/ com paredes de terra prensada;
- Ligações frágeis entre a estrutura da cobertura e as paredes;
- Dimensões reduzidas dos elementos de madeira para a estrutura de cobertura;
- Má qualidade dos elementos de madeira usados para a estrutura primária e secundária de cobertura;
- Sem sistema de secagem para os elementos de madeira;
- Ausência de elementos de escoramento para a cobertura;
- Espessura de cobertura reduzida e montagem deficiente;
- Ausência de protectores para proteger as paredes subjacentes;
- Má colocação da forma do telhado (2 declives).

B. Plano de Contingência

‘O processo de elaboração do plano de contingência tem em vista preparar uma organização para responder devidamente a uma situação de emergência e garantir o seu potencial impacto humanitário. A elaboração de um plano de contingência envolve a tomada de decisões com antecedência sobre a gestão de recursos humanos e financeiros, coordenação e procedimentos de comunicação, e estar a par de uma gama de respostas técnicas e logísticas. Esse processo de planificação é uma ferramenta de gestão envolvendo todos os sectores, o que pode garantir a provisão atempada e eficaz de ajuda humanitária para as pessoas mais necessitadas em caso de ocorrência de um desastre. O tempo gasto no processo de elaboração do plano de contingência é equivalente ao tempo poupado quando um desastre ocorre. O processo eficaz de elaboração do plano de contingência deve levar operações atempadas e eficazes de resposta à emergência.

O processo de elaboração do plano de contingência pode ser basicamente dividido em três perguntas simples:

- 1ª O que irá acontecer?
- 2ª O que faremos perante essa situação?
- 3ª O que podemos fazer com antecedência para nos prepararmos?’

Para a formulação de um plano de contingência eficaz a nível da comunidade e em apoio às necessidades de abrigo das pessoas afectadas pelos desastres naturais, são sugeridas as acções alistadas abaixo. Vários destes passos são necessários para qualquer tipo de assistência de abrigo, não só a assistência das famílias de solidariedade, e que seriam implementadas da melhor forma em coordenação com o Cluster de Abrigo de Emergência e outras organizações responsáveis pela implementação presentes no terreno, com vista a garantir a partilha de recursos, evitando a duplicação de esforços e alcançando resultados satisfatórios.

Passo 1 Mapeamento de perigos e da vulnerabilidade		
Geral	Actividades	Resultados
1.1	Mapeamento do local, das infra-estruturas e da vulnerabilidade	<p>O mapa de perigos da Zambézia não inclui actualmente Namacurra e Maganja da Costa. O mapeamento das vulnerabilidades não foi encontrado durante o inquérito no terreno:</p> <p>a. Mapeamento das infra-estruturas: os perigos e as vulnerabilidades foram mapeadas para que houvesse uma clara compreensão geográfica das diferentes áreas do nível de risco e as densidades populacionais, sem as quais não se pode elaborar um plano de contingência e um plano de preparação eficaz.</p>
1.2	Mapeamento do grau de vulnerabilidade das casas em relação aos perigos e classificação dos níveis de risco	<p>Para as medidas de redução do risco de desastres e técnicas de construção seguras, por favor consulte a literatura existente desenvolvida especificamente para Moçambique e constante no Anexo 1</p> <p>a. O nível de risco da habitação em relação aos desastres naturais foi mapeado e classificado, para fins de priorização das intervenções e mitigação de redução do risco de desastres.</p>
Passo 2 Avaliação e mapeamento dos locais de refúgio seguro e das rotas de evacuação		
Geral	Actividades	Resultados
2.1	Identificar rotas de evacuação e refúgios seguros	<p>Com base no mapeamento de perigos, as seguintes acções foram levadas a cabo:</p> <p>a. As zonas de refúgio e rotas de evacuação (por estrada, barco, via aérea) foram identificadas.</p> <p>b. As zonas de refúgio foram providenciadas onde não estavam disponíveis, através da adaptação de edifícios públicos ou escolas para se tornarem abrigos em situação de emergência causada pelos ciclones.</p>
2.2	Elaborar planos de evacuação	<p>a. Os planos de evacuação a nível da comunidade foram elaborados.</p> <p>b. As rotas e os mapas de evacuação a nível da comunidade foram distribuídos.</p> <p>c. Os Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades foram formados e testaram a adequação do plano a nível da comunidade.</p>
Passo 3 Mapeamento das capacidades externas		
Geral	Actividades	Resultados
	Mapear os recursos e as capacidades externas disponíveis no país	<p>a. As instituições do governo e os mecanismos e estruturas de resposta foram mapeados.</p> <p>b. As organizações internacionais com presença a longo prazo no país foram mapeadas em termos de recursos e capacidades específicas (i.e: OIM para a gestão de centros de acomodação e UN-Habitat para o processo de elaboração do plano de contingência e medidas de mitigação de desastres, formações, etc).</p>

Passo 4 Identificação, perfil e mapeamento dos recursos e das capacidades nas comunidades		
Geral	Actividades	Resultados
4.1	Elaborar o perfil das comunidades (de acolhimento e acolhidas)	<p>O pequeno raio de deslocação das populações que geralmente acontece na Zambézia dentro da mesma comunidade não parece causar qualquer questão relacionada com o grupo étnico a que essa comunidade pertence. Contudo, a situação pode diferir num outro local no país. Em qualquer situação, requer-se o seguinte;</p> <p>Disponibilidade de:</p> <ol style="list-style-type: none"> As principais fontes de meios de vida das famílias de acolhimento e das acolhidas foram avaliadas. A idade predominante e condições crónicas de género das pessoas deslocadas foram avaliadas. As tendências previsíveis de desalojamento foram mapeadas.
4.2	Identificar potenciais comunidades de acolhimento	<ol style="list-style-type: none"> Os critérios foram definidos para as comunidades se tornarem elegíveis como comunidades de acolhimento, tais como: <ul style="list-style-type: none"> → localização em zonas de baixo risco. → acessível durante todo o ano por estrada. → capacidade de acolhimento. → proximidade para um centro de acomodação. Como parte do processo de elaboração do plano de contingência, futuras comunidades de acolhimento foram identificadas e alistadas, o que pode ser apoiado para acomodar as pessoas deslocadas como primeiras pessoas a responder ou como suplentes para a resposta, em caso de ocorrência de emergência.
Passo 5 Envolvimento das Comunidades		
Geral	Actividades	Resultados
	Garantir o envolvimento do Governo, Organizações Baseadas na Comunidade, Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais Locais	<ol style="list-style-type: none"> Os presidentes dos municípios ou autoridades locais, incluindo os líderes tradicionais das comunidades a serem incluídas como zonas de intervenção foram contactados, apresentações foram feitas e estão sensibilizados para assumirem o papel de comunidade de acolhimento. Os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades foram estabelecidos ou os pontos focais para as comunidades de acolhimento e famílias de acolhimento foram indicados. Todos os pontos focais estão activamente envolvidos na concepção de um plano de apoio da comunidade de acolhimento e dos deslocados. Todos os pontos focais foram atribuídos funções. Todos os pontos focais foram formados e estão preparados para a assistência e registo das comunidades de acolhimento e famílias de solidariedade.

Passo 6 Padrão mínimo de apoio de acolhimento		
Geral	Actividades	Resultados
	Definir um modelo e padrão mínimo de assistência a ser prestada em caso de emergência e acolhimento	<p>Através dos Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades, definir e testar com representantes das comunidades os padrões de assistência que pode ser prestada em caso de emergências e formulá-la na forma combinada de um modelo de assistência. Assim, as pessoas terão que optar entre abrigo, água, saneamento e higiene, alimentos, propinas escolares, etc.</p> <p>a. Diferentes opções de apoio de abrigo deverão ser definidas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> → acréscimo de uma latrina no talhão da família de acolhimento. → uma extensão de um compartimento para cada da família de acolhimento. → provisão de abrigo de transição no talhão da família de acolhimento. → pagamento de serviços básicos durante o período de acolhimento. → adaptação de edifícios para melhor resistirem a futuros desastres. <p>b. Padrões mínimos para cada uma das opções oferecidas foram acordados com representantes da comunidade (referência ao guião da Handicap International).</p>
Passo 7 Análise de Mercado		
Geral	Actividades	Resultados
7.1	Avaliar a capacidade de arrendamento de habitação	Realizada a análise de mercado em relação à capacidade de arrendamento de habitação e especialmente num ambiente urbano, para a disponibilidade de casas vagas ou edifícios vagos para serem temporariamente alocados para as pessoas deslocadas.
7.2	Avaliar a disponibilidade e a qualidade de materiais de construção e para o apoio às infra-estruturas da comunidade de acolhimento e família de solidariedade	<p>A assistência da comunidade de acolhimento irá requerer materiais de construção para melhorar as instalações colectivas, quer seja de edifícios da comunidade ou administrativos, centros de acomodação, instalações médicas ou escolas, como uma forma de compensação para o acolhimento.</p> <p>A assistência às famílias de solidariedade requer materiais suficientes e de qualidade suficiente para permitir reparações adequadas, extensões ou reconstruções.</p> <p>a. Foi realizada uma análise de mercado para avaliar a disponibilidade e a qualidade dos materiais de construção na área prevista de intervenção, no país e a nível regional.</p>

Passo 8 Pré-posicionamento e movimentação de bens		
Geral	Actividades	Resultados
8.1	Avaliar as capacidades e os custos de transporte	<p>Geralmente as operações de resposta à emergência requerem o transporte de vários trabalhadores e grandes quantidades de ajuda humanitária e equipamento no local do desastre. Portanto, as questões logísticas e de transporte são cruciais para uma resposta bem-sucedida e podem ser abordadas em coordenação com o <i>cluster</i> de abrigo de emergência e o cluster de logística, para partilhar recursos.</p> <p>a. O custo das diferentes dimensões de cargas de camiões foi acordado com o número de motoristas na região, antes da emergência.</p>
8.2	Avaliar a disponibilidade e o custo dos armazéns	<p>a. Espaços secos e seguros de armazenagem foram identificados e os seus custos de arrendamento ou construção foram acordados.</p>
8.3	Avaliar e monitorar os bens pré-posicionados	<p>a. Uma quantidade de kits de resposta à emergência foi pré-posicionada para distribuição às famílias de solidariedade em caso de emergência</p> <p>b. Material de informação e cartazes sobre técnicas de reconstrução segura ou técnicas de reabilitação de baixo custo em Português foram produzidos antes da ocorrência de emergência e armazenados pela <i>CVM</i> e pelo <i>cluster</i>.</p> <p>c. Um kit de abrigo para a reabilitação de casas resistentes aos ciclones e chuvas intensas foi definido e pré-posicionado.</p>

C. Plano de preparação

A população local salva vidas

É a primeira a responder em caso de ocorrência de um desastre.

Comunidades bem informadas salvam mais vidas

Foram treinadas em aviso prévio e conhecem os sinais de perigo para monitorar e sabem a quem devem notificar.

Compreensão de riscos

As comunidades, autoridades locais e o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho juntamente desenvolvem mapas de perigo para identificar o risco de perigos naturais, os seus possíveis efeitos e as consequências para a comunidade.

Mecanismos para lidar com os perigos

Tendo identificado perigos a que as comunidades estão expostas, o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho trabalha com as comunidades para reduzir a sua vulnerabilidade.

Ligação com os conhecimentos

Os conhecimentos tradicionais podem ser de uso para a ciência e vice-versa; o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ajuda a garantir um fluxo constante de informação.

Fique preparado

As comunidades são treinadas em preparação para desastres e actividades relacionadas com evacuação para reduzir a sua vulnerabilidade aos perigos.

Trabalho de equipa

As equipas de resposta aos desastres na comunidade organizam peças teatrais sobre aviso prévio e estabelecem ligação das suas acções com os planos de resposta aos desastres do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e do governo local.

Trabalhar em conjunto

O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho trabalha com institutos de investigação e com organizações locais, nacionais, regionais e internacionais, bem como governos e as Nações Unidas para ajudar as pessoas a tornar as suas comunidades mais seguras.

(FICV, Aviso Prévio Eficaz, uma abordagem centrada nas pessoas para tornar as comunidades mais seguras).

No âmbito do Quadro de Acção de Hyogo, Moçambique através do INGC, conseguiu elaborar um plano de contingência anual e a criação de CLGRC. Contudo, dos CLGRC criados em 2000, muito poucos ainda estão activos e geralmente carecem de materiais para que sejam eficazes em caso de emergência.

Para capacitar as comunidades para alcançarem um nível mais alto de resiliência, os CLGRC devem ser ‘reciclados’ e criados em número maior, não só nas zonas de alto risco de cheias, mas também nas zonas de baixo risco de cheias.

As comunidades vivendo em zonas de baixo risco de cheias, em caso de cheias, são geralmente as primeiras a responder em caso de acolhimento de famílias deslocadas que abandonam as suas casas e as comunidades. Ademais, os ciclones ou terramotos podem igualmente afectar a qualquer pessoa. Quando falamos de comunidades de acolhimento, referimo-nos à sua condição temporária como entidades que participam na resposta durante um determinado desastre recorrente, mas que podem ser consideradas como pessoas desalojadas e deslocadas em caso de ocorrência de um cenário diferente.

Estabelecer a ligação entre as actividades inseridas no plano de contingência e de preparação entre as diferentes comunidades através da criação de CLGRC prepara o caminho para uma resposta à emergência eficaz, flexível e muito menos onerosa.

Passo 1 Estabelecer Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades		
Geral	Actividades	Resultados
	Estabelecer e/ou formar e apetrechar CLGRC	a. X número de CLGRC foi criado. b. X número de pontos focais de CLGRC foi treinado na comunidade de acolhimento e assistência de famílias de solidariedade como parte da sua formação básica, incluindo: → Critérios de identificação e selecção das comunidades de acolhimento. → Critérios de identificação e selecção das famílias de acolhimento. → Acompanhamento e registo das pessoas deslocadas. c. X número de pontos focais de CLGRC tem as suas funções definidas. d. X número de CLGRC dispõe de equipamento básico e apropriado.

Passo 2 Providenciar as comunidades com sistemas de aviso prévio		
Geral	Actividades	Resultados
	Estabelecer sistemas de aviso prévio nas comunidades	<p>a. Nível de sistemas de aviso prévio ao nível da comunidade foram criados e, em caso de ocorrência de emergência, as pessoas sabem:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Para onde ir – centros colectivos, abrigos resistentes a ciclones/cheias. → Como chegar lá – que opções existem para alcançar os centros, especialmente os idosos e crianças e geralmente as pessoas mais vulneráveis. → Onde devem registar-se para conhecerem os seus direitos e obter ajuda. <p>b. X número de trabalhadores e voluntários foram identificados e treinados para responderem a situações de emergência e para apoiarem actividades de registo.</p> <p>c. X número de trabalhadores e voluntários foram treinados sobre procedimentos que devem ser seguidos em caso de um desastre, para que sejam capazes de fazer o acompanhamento dos movimentos das pessoas, bem como oferecê-las assistência das famílias de acolhimento para a satisfação das suas necessidades imediatas.</p>
Passo 3 Providenciar zonas de refúgio às comunidades		
Geral	Actividades	Resultados
3.1	Identificar edifícios que podem ser melhorados para se tornarem zonas de refúgio	Identificar e planificar escolas para serem adaptadas para que sejam resistentes aos ciclones e cheias, para que sejam usadas em futuras emergências. Como parte das actividades do <i>cluster</i> de recuperação rápida, advogar para a adopção pelo Governo do projecto de escolas mais seguras.
3.2	Criar zonas de refúgio	Tendo em conta que nenhuma escola ou edifício público poderia ser adaptado, uma nova construção foi planificada e foi levada a cabo.
3.3	Providenciar armazéns seguros e secos às comunidades	Providenciar, sempre que for possível, especialmente em caso de emergências de ritmo lento, espaços de armazenagem segura e secos para os bens pessoais e cereais/alimentos secos.
Passo 4 Formação de formadores na comunidade em técnicas de construção segura		
Geral	Actividades	Resultados
	Realizar formação de formadores em construção dentro das comunidades	<p>a. Técnicas apropriadas de construção e formação de formadores em construção são providenciadas nas comunidades identificadas como parte do processo de elaboração do plano de contingência e onde os CLGRC tiverem sido criados, de modo a começar a implementação de medidas de mitigação do risco antes da ocorrência de emergências.</p> <p>b. Literatura específica existente desenvolvida em anos anteriores foi revista, consolidada e disponibilizada para os formadores e para as comunidades (ver Anexo 1 para referência).</p>

D. Plano de emergência

Plano de contingência, preparação e Comitês
Locais de Gestão do Risco de Calamidades

Se um plano de contingência e um plano de preparação tiverem sido elaborados antes da ocorrência de uma emergência, mais vidas, provavelmente, terão sido salvas e as entidades responsáveis pela resposta estarão melhor preparadas para mitigar o impacto do desastre sobre as pessoas e seus bens.

Se as comunidades que receberem o influxo de famílias deslocadas não tiverem criado CLGRC, haverá necessidade, durante a resposta à emergência, de envolvê-los através da sua liderança no registo e reportar sobre o acolhimento das pessoas dentro das suas comunidades, bem como as suas necessidades mais urgentes para que a comunidade seja capaz de lidar com o influxo.

O governo dirigiu as necessidades da estrutura de coordenação para serem apoiadas na resposta aos desastres naturais com a provisão de soluções alternativas de abrigo, para complementar as que já tiverem sido providenciadas nos centros de acomodação e nos locais de reassentamento, de modo que as pessoas deslocadas sejam equitativamente apoiadas com base nas suas necessidades. Tal abordagem providencia ao governo uma vasta gama de opções de abrigo para cobrir a vasta e abrupta demanda devido ao desastre.

Recolha e partilha de informação

A questão fundamental para a implementação bem-sucedida de um plano de emergência é a recolha centralizada de toda a informação, através de todos os possíveis e diferentes tipos de levantamentos levados a cabo, através de uma variedade de organizações e, geralmente, infelizmente, em várias formas.

A melhor prática assume eficiência e evita a *“fadiga nos levantamentos”*. Isso requer que as agências concebam e realizem levantamentos de dados sobre as comunidades de acolhimento e deslocadas de uma forma coordenada. O *feedback* do terreno mostra que isso não é sempre possível ou feito.

É importante identificar as grandes lacunas e avaliar as necessidades mais prementes da comunidade logo que for possível depois do início da emergência, para que possam ser abordadas antes que a relação de solidariedade entre as famílias de acolhimento e as famílias acolhidas seja insustentável, por causa do esgotamento de recursos.

Para além das necessidades mais prementes, é fundamental avaliar também os recursos locais e as estratégias de sobrevivência que podem existir, o que pode ser suportado para garantir a prorrogação de todos os acordos de acolhimento.

É importante referir que, geralmente os telemóveis estão disponíveis para um ou mais membros da família e que isso abre espaço para uma nova forma aberta e cuidadosamente explorada e organizada, e muito mais eficiente de comunicação e operação com as comunidades recônditas para o levantamento rápido de dados e partilha de informação depois da ocorrência de desastres.

Por último, dada a natureza trans-setorial da assistência das comunidades de acolhimento e das famílias de solidariedade, é fortemente aconselhável estabelecer um grupo de trabalho inter-agência e inter-cluster da comunidade de acolhimento e dos deslocados. Abaixo uma lista de verificação das actividades que devem ser levadas a cabo para providenciar a informação necessária, para a definição de um plano de apoio abrangente.

Plano de apoio da comunidade de acolhimento e das famílias de solidariedade

Quando toda a informação tiver sido recolhida e analisada, é fundamental concordar que apoio será prestado juntamente com a comunidade de acolhimento e com quaisquer outros parceiros de implementação que têm os mesmos beneficiários como grupo alvo.

Enfoque especial é dado aqui ao apoio em abrigo e reassentamento. Contudo, sempre que o abrigo não constituir necessidade mais urgente, ou quando o apoio em abrigo não é imediatamente praticável, outros tipos de assistência devem ser prestados, com base no levantamento das necessidades. Os desembolsos incondicionais de dinheiro, apoio aos custos de ensino ou distribuição de bens não alimentares, são apenas alguns exemplos.

Monitoria e avaliação

As actividades de monitoria devem ser levadas a cabo em intervalos realísticos, mas de forma repetida durante a implementação do plano. Isto é necessário, por exemplo, para:

- Garantir que as reclamações sobre o procedimento e os critérios de selecção de beneficiários sejam tomados em conta e alcançar um nível de implementação através do ajuste do plano, conforme as necessidades;

- Garantir que os pontos focais seleccionados para a elaboração e implementação do plano continuem a ser representativos;
- Garantir que o sistema de acompanhamento dos deslocados seja eficaz e que a base de dados esteja actualizada;
- Garantir que as fontes de material de construção não sejam esgotadas, antes que um plano de aquisição alternativo seja definido ou antes que seja acordada uma mudança nos materiais usados.

No passo 5 consta uma lista de verificação desses componentes do plano de assistência, que requerem a monitoria para permitir o ajuste ou simplesmente actualização do programa.

Padrões de qualidade deverão ser definidos para os materiais de construção providenciados, bem como para as técnicas de construção usadas para o efeito, de modo a reduzir a vulnerabilidade aos riscos enfrentados pelas pessoas vivendo em abrigos no âmbito do plano. A supervisão técnica deverá ser garantida para monitorar e avaliar todo o processo de implementação de ajuda em abrigo.

Para estabelecer um mecanismo adequado de avaliação é imperioso concordar sobre padrões e indicadores locais para cada um dos resultados principais do plano ser implementado.

Tais indicadores deverão tomar em conta os padrões locais de vivência e padrões internacionais, tais como as normas mínimas do *Projecto Esfera* na resposta humanitária. Os parâmetros do *Projecto Esfera* terão, invariavelmente, que ser ajustados às circunstâncias locais e qualquer padrão deverá ser concordado com o Governo local através da assistência dos clusters de competência.

Não conseguindo fazer isso resultará em apoio não equitativo prestado com base no que estiver disponível a uma determinada altura e não para toda a gente, ao invés de ser com base no alcance do maior número possível de pessoas afectadas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes. Abaixo apresenta-se uma lista de verificação das actividades que devem ser levadas a cabo para definir um plano de apoio abrangente:

Passo 1 Mapear e acompanhar as comunidades afectadas		
Geral	Actividades	Resultados
1.1	Estabelecer um grupo de trabalho de apoio inter-agência e inter-cluster, comunidade de acolhimento e pessoas deslocadas	a. Um grupo de trabalho de apoio <i>inter-agência</i> e <i>inter-cluster</i> às comunidades de acolhimento e aos deslocados foi criado para apoiar instituições do governo moçambicano, incluindo os CLGRC , para definir um plano de apoio que contempla a assistência das comunidades de acolhimento e famílias de solidariedade.
1.2	Determinar uma área de impacto de desastres	a. Foram definidas as comunidades directamente afectadas pelo desastre e as pessoas deslocadas. b. Foram definidas as comunidades indirectamente afectadas pelo desastre, recebendo e acomodando o influxo de pessoas deslocadas. c. Foi mapeado onde e quem poderia prestar que tipo de apoio, conforme as necessidades em coordenação com o INGC , a Equipa Nacional Humanitária das Nações Unidas e o <i>cluster</i> de abrigo, para permitir uma resposta mais rápida, que alcança a população que constitui o grupo alvo, evitando o esgotamento de recursos locais escassos ou serviços, e assim evitar mais deslocação das pessoas afectadas pelo desastre.
1.3	Garantir o envolvimento da comunidade	Um primeiro Memorando de Entendimento foi assinado entre as agências de implementação e os CLGRC ou outros representantes das autoridades locais, incluindo os líderes tradicionais, para intervenção nas comunidades alvo.
1.4	Estabelecer um sistema de acompanhamento e de registo	a. O movimento das pessoas durante a deslocação está sendo acompanhado. b. As pessoas deslocadas foram registadas em coordenação com o INGC , Equipa Nacional Humanitária das Nações Unidas e o <i>cluster</i> de abrigo.

Passo 2 Avaliar as vulnerabilidades, capacidades e recursos		
Geral	Actividades	Resultados
2.1	Elaborar o perfil das comunidades de acolhimento e das famílias acolhidas	<p>a. As principais fontes de meios de vida das famílias de acolhimento e das famílias acolhidas foram avaliadas.</p> <p>b. A idade predominante e o género das pessoas deslocadas foram avaliados.</p> <p>c. A capacidade das famílias de acolhimento foi avaliada.</p> <p>d. As tendências previsíveis de deslocação foram planificadas.</p>
2.2	Avaliar serviços e estratégias de sobrevivência dentro da comunidade de acolhimento e identificar as principais lacunas	<p>a. As lacunas foram identificadas, o que deverá ser abordado pelo plano de apoio aos serviços médicos de emergência capazes de responder às necessidades mais urgentes dos deslocados e das famílias de acolhimento.</p> <p>b. As lacunas foram identificadas, o que deverá ser abordado pelo plano de apoio às infra-estruturas de água, saneamento e higiene das famílias de acolhimento e acolhidas.</p> <p>c. As lacunas foram identificadas, o que deverá ser abordado pelo plano de apoio instalações de ensino/pessoal/materiais/propinas para absorver as crianças deslocadas em idade escolar.</p>
2.3	Definir critérios de selecção de beneficiários para as famílias de acolhimento, potenciais famílias de acolhimento, famílias acolhidas e referir indivíduos deslocados	<p>Critérios de selecção de beneficiários, incluindo critérios de definição da vulnerabilidade para as famílias de acolhimento, potenciais famílias de acolhimento e famílias acolhidas foram concordados entre o governo, incluindo os líderes tradicionais e todas as agências de implementação e foram endossadas através dos CLRGC pela comunidade de acolhimento.</p>
2.4	Providenciar materiais e equipamento, bem como capacitação dos CLRGC ou o Governo Local para recolher informação da melhor forma e mais rapidamente possível para a elaboração e manutenção de uma base de dados comum das famílias de acolhimento e acolhidas	<p>Um segundo Memorando de Entendimento foi assinado com os CLRGC ou outros representantes das autoridades locais, incluindo os líderes tradicionais, para o apoio das comunidades de acolhimento durante um determinado período de tempo e para uma série de actividades alistadas e materiais para as comunidades de acolhimento, bem como em apoio às famílias acolhidas deslocadas devido a um desastre.</p>

Geral	Actividades	Resultados
2.5	Garantir a digitalização regular e contínua de todos os dados recolhidos pelos CLGRC ou pelas autoridades locais em colaboração com o Gestor de Informação do Cluster de Abrigo de Emergência do IASC, quando estiver disponível, ou criar um sistema paralelo ao sistema das autoridades locais	<ul style="list-style-type: none"> a. A informação sobre os beneficiários (famílias de acolhimento, famílias acolhidas e potenciais famílias de acolhimento) é registada numa base de dados em Português e em Inglês. b. O acesso do administrador à base de dados foi acordado e será monitorizado. c. As listas de beneficiários são regularmente publicadas e acessíveis para a comunidade envolvida. d. Um mecanismo de apresentação de reclamações foi criado para permitir que os membros das comunidades envolvidas as apresentem em caso de discordância.
Abrigo	Actividades	Resultados
2.6	Garantir fontes de materiais apropriados	<ul style="list-style-type: none"> a. A análise de mercado foi realizada em relação à disponibilidade de materiais de construção e mão-de-obra local qualificada, quantidades e momentos de realização de aquisições. b. Os materiais locais foram identificados, que podem ser usados onde fontes de abastecimento sustentáveis forem possíveis. c. Materiais alternativos foram identificados e são suficientemente familiarizados com a população afectada para ser usada para minimizar o impacto sobre o ambiente na produção, uso e eliminação.
2.7	Mapear aspectos relacionados com a posse de terra	<ul style="list-style-type: none"> a. Um mapeamento sobre o uso correcto, arrendamento e condição sem terra foi levado a cabo e ligado às famílias acolhidas e aos programas de potenciais famílias de acolhimento. Isto é especialmente necessário antes de qualquer intervenção em abrigo. b. Um acordo com as autoridades locais foi assinado sobre regras de transição para uso da terra, onde se pode construir abrigos.

Passo 3 Concordar sobre o plano de apoio com a comunidade de acolhimento		
Geral	Actividades	Resultados
3.1	Concordar com o órgão de coordenação se o Plano de Apoio à Comunidade de Acolhimento e aos Deslocados será através dos CLGRC, o Governo local ou possivelmente no início através de IASC, em estreita colaboração com o Governo local	<ul style="list-style-type: none"> a. Os CLGRC são activados ou um outro órgão de coordenação foi acordado e um grupo técnico de trabalho foi criado. b. As funções e responsabilidades do órgão de coordenação do plano de apoio da comunidade de acolhimento foram acordadas.
3.2	Fazer o acompanhamento dos movimentos das pessoas depois de um desastre (Cartões de telefone, registo nas escolas, autoridades locais e Organizações Baseadas na Comunidade)	<ul style="list-style-type: none"> a. Um sistema de acompanhamento das autoridades locais foi definido ou é independente das autoridades locais.
3.3	Apoiar os movimentos das pessoas das zonas afectadas pelos desastres para as zonas de refúgio nas comunidades de acolhimento, bem como de uma comunidade para a outra. Cobrir os custos de transporte onde existirem meios de transporte ou organizar transporte. Organizar transporte para os mais vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> a. Os custos de transporte foram cobertos para X beneficiários na zona de desastre ou zona de conflito para uma das comunidades de acolhimento. b. O transporte foi organizado para X beneficiários vulneráveis na zona de desastre ou zona de conflito para uma das comunidades de acolhimento.
3.4	Fazer a reunificação familiar	<ul style="list-style-type: none"> a. Pessoal especializado foi disponibilizado. b. X beneficiários foram reunificados nas suas famílias. c. X crianças menores não acompanhadas foram adequadamente cuidadas.
3.5	Definir a população alvo a ser apoiada através do plano	<ul style="list-style-type: none"> a. Cada sector ou agência de implementação concordou sobre a sua população alvo em coordenação com o grupo de trabalho.
3.6	Definir com os pontos focais indicados, mas também através de entrevistas aos informantes chave e grupos focais, o tipo de assistência a ser prestada	<ul style="list-style-type: none"> a. A assistência às famílias de acolhimento e às famílias acolhidas foi definida num plano com divisão de sectores e acordada com os representantes da comunidade. b. Um terceiro Memorando de Entendimento foi assinado com representantes das autoridades locais, incluindo os líderes tradicionais, para o apoio a X famílias acolhidas ou pessoas nessa comunidade para uma série de actividades alistas e fornecimento de materiais, com divisão de sectores ou agência de implementação, durante um determinado período de tempo.

Abrigo	Actividades	Resultados
3.7	Apoio ao acompanhamento do movimento das pessoas deslocadas através do estabelecimento de: <ul style="list-style-type: none"> • Estações de Passagem • Centros de Trânsito • Centros de Recepção 	a. X número de estações de passagem, centros de trânsito e centros de recepção foram criados dentro ou separadamente das instalações da administração existente. b. X número de membros de CLGRC ou administradores locais receberam capacitação para o registo das famílias de acolhimento e famílias acolhidas dentro das suas comunidades. c. X número de CLGRC ou autoridades locais, onde existem e estão operacionais, receberam materiais (material de escritório, máquinas fotocopadoras, computadores, impressoras) para o registo das famílias de acolhimento e famílias acolhidas dentro das suas comunidades.
3.8	Concordar sobre as infra-estruturas relacionadas com a assistência a ser prestada à comunidade de acolhimento (apoio aos hospitais locais ou centros de saúde, escolas, sistemas de água e saneamento, etc.)	a. X número de centros de saúde será melhorado para um padrão para satisfazerem as necessidades de X doentes adicionais. b. X número de escolas foi melhorado para atingirem o padrão para acomodarem crianças deslocadas. c. O sistema de água e saneamento da comunidade de acolhimento será melhorado para atingir o padrão para satisfazer as necessidades de X pessoas deslocadas.
3.9	Definir a população alvo a ser assistida através do plano de apoio da comunidade de acolhimento e dos deslocados (apoio em abrigo)	a. Beneficiários foram seleccionados. b. A selecção de beneficiários foi verificada e um mecanismo de revisão foi acordado. c. As listas de beneficiários foram aprovadas pelas agências de implementação e as autoridades locais. d. Uma Carta de Acordo foi emitida e assinada pela agência de implementação, autoridades locais e as famílias beneficiárias, detalhando o tipo, as condições, a apropriação, e sempre que for adequado, a duração do apoio prestado. e. Um mecanismo de apresentação de reclamações foi criado.

3.10	Definir um modelo de opções de assistência em abrigo apropriados a serem prestados às famílias de acolhimento e às famílias acolhidas e concordá-las com a comunidade envolvida	<p>a. X beneficiários irão receber um kit de reparação.</p> <p>b. X beneficiários irão receber um kit ou uma doação de reassentamento/regresso.</p> <p>c. X beneficiários irão receber materiais de abrigo de transição.</p> <p>d. X beneficiários irão receber Kit de abrigo</p> <p>e. X beneficiários irão receber conhecimentos técnicos para a construção das suas casas.</p> <p>f. X beneficiários irão receber capacitação sobre técnicas apropriadas de construção.</p> <p>g. X beneficiários irão receber desembolsos de dinheiro condicionais.</p> <p>h. X beneficiários irão receber dinheiro pelo trabalho (construção de infra-estruturas).</p> <p>i. X beneficiários irão receber desembolsos de dinheiro incondicional.</p>
3.11	Concordar no seio das diferentes agências de implementação os intervalos de valores para os diferentes modelos de assistência	Valores dos modelos de assistência equitativos e comparáveis foram acordados antes da implementação do plano e foram apresentados à comunidade envolvida.
3.12	Definir diferentes tipos de métodos de trabalho para serem usados durante a implementação do plano de apoio e concordar sobre as taxas diárias de operação	A mão-de-obra na comunidade e as taxas diárias directas da mão-de-obra foram acordadas pelas principais agências de implementação e pelo Governo local e foram claramente comunicadas às comunidades envolvidas.
3.13	Concordar sobre um quadro jurídico para cada componente de abrigo que faz parte do plano	A apropriação de abrigos, materiais ou ferramentas fornecidas foi acordada antes de qualquer distribuição entre as agências de implementação e a comunidade de acolhimento envolvida, e foi subscrita pelos CLGRC ou o Governo local.
3.14	Mapear, dentro da comunidade de acolhimento, todas as propriedades e questões de posse de terra relevantes para o plano antes da implementação	Uma estratégia foi definida para todo o tipo de beneficiários, garantindo que medidas transicionais também foram aprovadas pelas autoridades locais para os arrendadores e ocupantes sem estatuto legal, para que possam ser elegíveis ao apoio em abrigo.

Passo 4 Implementar um plano de apoio da comunidade de acolhimento		
Geral	Actividades	Resultados
4.1	Implementar um apoio de abrigo acordado dentro da comunidade de acolhimento e no âmbito do plano de apoio aos deslocados, através de uma variedade de opções de assistência para melhor satisfazer as necessidades das famílias de acolhimento e acolhidas	a. X beneficiários receberam um kit de reparação. b. X beneficiários receberam um kit de reassentamento/regresso ou uma doação. c. X beneficiários receberam materiais de abrigo de transição. d. X beneficiários receberam kit de abrigo. e. X beneficiários receberam conhecimentos técnicos. f. X beneficiários receberam capacitação sobre técnicas de construção apropriada. g. X beneficiários receberam desembolsos de dinheiro condicionais. h. X beneficiários receberam dinheiro pelo trabalho (construção de infra-estruturas). i. X beneficiários receberam desembolsos de dinheiro incondicionais.
4.2	Garantir a posse da terra para que os deslocados escolham as opções de assistência que requer a disponibilidade de terra	Um acordo foi alcançado entre as comunidades de acolhimento, acolhidas e as autoridades locais da comunidade de acolhimento para garantir que as pessoas deslocadas continuem a ter segurança transicional da posse de terra de 1-3 anos.
4.3	Garantir aprovação por escrito de toda a assistência prestada	Uma Carta de Acordo foi assinada por todos os beneficiários, quer seja as comunidades de acolhimento, assim como os acolhidos ou ambos e as autoridades locais.
Passo 5 Monitorar e avaliar o processo de implementação		
Monitoria de todos os resultados dos sectores		
5.1	Monitorar eventuais mudanças no perfil das comunidades de acolhimento e das famílias acolhidas.	
5.2	Monitorar se os serviços avaliados e as estratégias de sobrevivência da comunidade envolvida ainda existem e registar quaisquer mudanças ou lacunas críticas emergentes.	
5.3	Monitorar se o mecanismo de apresentação de reclamações que foi criado é eficaz e que ajustes são necessários fazer, após a verificação do plano de assistência.	
5.4	Monitorar a eficácia da recolha de dados e inserção de dados numa base de dados que pode ser partilhável e prestar mais apoio ou assumir o papel do governo local, conforme for apropriado.	
5.5	A monitoria da partilha de dados recolhidos pelas autoridades locais e pela Gestão de Informação dos clusters de IASC é regular e eficaz, para permitir a manutenção do plano de apoio atualizado.	
Monitoria dos resultados de abrigo e reassentamento		
5.6	Monitoria das fontes de materiais e identificar fontes alternativas de aquisição para garantir que todas as necessidades de abrigo inseridas no plano de apoio sejam cobertas no período de tempo previsto.	
5.7	Monitoria da implementação de todo o apoio de abrigo acordado no plano de apoio de acordo com o calendário e que o modelo de assistência prestada esteja enquadrada nas necessidades das famílias de acolhimento e das colhidas.	
5.8	Monitoria da eficácia de todos os acordos e o respeito das regras das famílias de acolhimento e das colhidas, de modo que a posse da terra seja garantida para o período acordado de 1-3 anos.	
5.9	Monitorar se a aprovação escrita de toda a assistência é concedida aos beneficiários esteja registada, melhor se estiver inserida numa base de dados que pode ser partilhável.	

ANEXOS

ANEXO 1: Referências

ANEXO 2: Formulários de avaliação da CVM e da FICV sobre os agregados familiares

ANEXO 3: Formulários de avaliação das famílias de acolhimento do Haiti, FICV

ANEXO 4: Recomendações extraídas das “Directrizes para as Comunidades de Acolhimento”, IASC, Grupo Técnico de Trabalho do Cluster de Abrigo. Haiti, Junho de 2010

ANEXO 1

Referências

Principais websites e documentos de referência sobre o contexto moçambicano

<https://www.shelterCluster.org/Africa/Moçambique/Moçambique%20Floods%202013/Pages/default.aspx>
<http://www.gripweb.org/gripweb/?q=countries-risk-information/countries/Moçambique>
<http://countryadaptationprofiles.gfdr.org>
<http://www.preventionweb.net/english/countries/africa/moz/>
www.portaldogoverno.gov.mz
www.zambezia.gov.mz
<http://www.ine.gov.mz>

- Alex Arnall, ‘Um clima de controlo: cheias, deslocamento e reassentamento planificado na zona baixa do Vale do Rio Zambeze, Revista Geográfica de Moçambique, Março 2013.
- Governo de Moçambique, ‘Plano de Contingência para a Época Chuvosa e Ciclónica 2012-2013’
- Governo de Moçambique, ‘Balanço do Plano de Contingência para a Época Chuvosa e Ciclónica 2012/1013’, Quelimane, Abril 2013.
- Governo de Moçambique, DFID, UN-Habitat, ‘Aprender a Viver com as Cheias, 2004.
- UN-Habitat ‘Avaliação de Danos em Habitações Depois das Cheias, Província da Zambézia, Moçambique’, Março 2012.
- FICV, ‘Revisão das Cheias de 2013 em Moçambique, Cluster de Abrigo da FICV’, Agosto 2013
- FICV, ‘Relatório Nº 2 do FACT de Abrigo – Província da Zambézia’, Fevereiro 2012.
- Banco Mundial, ‘Missão de Avaliação e Resposta às Cheias em Moçambique, Memorando’, Fevereiro 2013.
- INGC, PNUD, ‘Avaliação do Risco de Calamidades em Moçambique. Uma Análise Abrangente da Situação do País’, Programa de Identificação do Risco Global, 2010.
- Equipa Nacional Humanitária, Nações Unidas, ‘Estratégia Consolidada de Recuperação Rápida’, Abril 2013.

Principais documentos de referência e websites para a assistência das famílias de acolhimento

- FICV, Assistência das famílias e comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais - um guião passo-a-passo, 2012.
- FICV, Directrizes sobre a reabilitação e re(construção) de infra-estruturas comunitárias pós-desastre, 2012.
- ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e Comunidades de Acolhimento: Assistência aos acordos de acolhimento, 2012.
- www.idpguidingprinciples.org

Outras referências sobre a assistência das famílias de acolhimento

- “Directrizes sobre a Avaliação das Necessidades das Famílias de Acolhimento e Comunidades de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Abril 2010.
- “Directrizes sobre a Resposta em Abrigo das Famílias de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Abril 2010.
- “Directrizes sobre as Famílias de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Junho 2010.

<https://sites.google.com/site/shelterhaiti2010/technical-info/twig-1/host>

Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo de Haiti, 2010: O site apresenta directrizes e amostras tais como:

- Directrizes sobre as Comunidades de Acolhimento: Apoio às Famílias de Acolhimento no Haiti através do Acompanhamento dos Movimentos, Compreensão das Necessidades e Direcção das Respostas;
 - Directrizes sobre a Resposta em Abrigo das Famílias de acolhimento;
 - Directrizes sobre a Avaliação de Necessidades das Famílias e Comunidades de Acolhimento;
 - Formulário de Selecção dos Beneficiários das Famílias de Acolhimento;
 - Formulário de Selecção para as Famílias de Acolhimento (em Francês);
 - Avaliações Rápidas com as Famílias de Acolhimento/Deslocados Internos;
 - Cruz Vermelha do Haiti/FICV, Formulário de Avaliação para o Programa de Assistência das Famílias de Acolhimento (em Francês);
 - Matriz de Programação das Famílias de Acolhimento.
 - “ACTED, Avaliação: Deslocados Internos e Famílias de Acolhimento em Bas Artibonite”, ACTED, Fevereiro 2011.
 - “Umoja, Projecto de Avaliação”, República Democrática do Congo, 2009 - Ralsa Foundation.
 - Katherine Haver Oxfam GB na RDC, “Fora do Lugar. Respostas usando melhores formas de construção para o deslocamento na República Democrática do Congo através da ajuda das famílias de acolhimento”, Relatório de Investigação da Oxfam International, Setembro 2008, reproduzido na Revista de Intercâmbio Humanitário de ODI, Edição 43, Junho de 2009.
- <http://www.odihpn.org/humanitarian-exchange-magazine/issue-43/out-of-site-out-of-mind-reflections-on-responding-to-displacement-in-drc>
- Stephen McDowell, Deslocamento Interno no Norte de Kivu: Acolhimento, Centros de Acomodação e Estratégias de Sobrevivência. Preparado pela UNICEF RDC e CARE RDC, Abril 2008.
 - Hannes Herrmann, “Dinheiro para o Projecto Aceh das Famílias de Acolhimento”, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, relatório final, Julho de 2005.
 - “Directrizes sobre o Abrigo Urbano” – lançamento da edição, Cruz Vermelha da Noruega e Centro de Abrigo 2011.
 - Linus Bengtsson et al. “Deslocamento Interno da população no Haiti”, 14 de Maio de 2010 e actualizado no dia 31 de Agosto de 2010.
 - UN-Habitat e FICV, “Projectos de Abrigo 2009”, 2010.
 - UN-Habitat e FICV, “Projectos de Abrigo 2010”, 2011.
 - UN-Habitat, ‘Estratégia Nacional do Iraque: Soluções de Abrigo de Longo Prazo para as Pessoas Afectadas pelo Deslocamento’, Agosto de 2011.
 - ACNUR ‘Programa de Refugiados Urbanos/Famílias de Acolhimento’, Novembro de 2012.
 - Seki Hirano, Aprender da Resposta de Assentamento Transicional Urbano nas Filipinas: Questões de Habitação, Terra e Propriedade, Serviços Católicos de Auxílio, 2012.

Referências sobre técnicas de construção desenvolvidas para Moçambique

(extraído do ‘Relatório Nº 2 do FACTO de Abrigo da FICV – Província da Zambézia’, Fevereiro 2012)

- Folheto sobre Abrigo de Emergência.pdf
- Guião do Kit de Abrigo.pdf (Directrizes da FICV sobre kit de abrigo)
- Construir com os Ventos.pdf
- Aprender a Viver com as Cheias.pdf

- Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico (Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental)

Referências sobre programas de transferência de dinheiro

- CICV e FICV, “Directrizes sobre Programas de Transferência de Dinheiro”, 2007.
- P.Creti e S. Jaspars, “Programas de Transferência de Dinheiro em Emergências, Oxfam GB, 2006.
- “O Uso de Dinheiro e Senhas em Crises Humanitárias” Directrizes de Financiamento da Direcção Geral da ECHO, 2009.
- “Programas de Transferência de Dinheiro em Emergências”, Revisão das Boas Práticas, Junho de 2011, Rede de Prática Humanitária.
- “SDC Cash Workbook. Um guião prático do utilizador para a preparação e implementação de Projecto de Dinheiro”, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, 2007.
http://www.sdc-cashprojects.ch/, no website constante no link existe uma Caixa de Ferramentas disponível para fins de programação.
http://www.sdc-cashprojects.ch/en/Home/Experiences/ SDC_Cash_Transfer_Projects, seguindo este link, pode-se encontrar exemplos de programas de transferência de dinheiro relacionados com abrigo.
- Fazer funcionar o dinheiro: Um estudo de caso do Quénia, ACF-USA, reproduzido na Revista de Intercâmbio Humanitário de ODI, Edição 43, Junho 2009.
http://www.odihpn.org/report.asp?id=3015

Outras referências que incluem o deslocamento interno

- FICV, ‘Guião de Elaboração do Plano de Contingência’, 2012.
- FICV, ‘Introdução à Preparação para Desastres. Programa de Formação em Preparação para Desastres’, 2000.
- GFDRR “Cidades e Cheias. Um Guião Integrado para a Gestão do Risco de Cheias nas Zonas Urbanas para o Século 21”, Banco Mundial, 2012.
- Cluster de Protecção, “Direito de Habitação, Terra e Propriedade da População Afectada pelos Desastres”
- IDMC e NRC, Deslocamento interno induzido pelos desastres nas Filipinas. O Caso da Tempestade Tropical Washi/Sendong, 2013.
- Perfis Urbanos – IDMC – Feinstein Centre, Tufts University
http://www.internal-displacement.org
- IASC, Orientação sobre os Perfis dos Deslocados Internos, IDMC-OCHA, 2008.
http://www.internal-displacement.org
- Caixa de Ferramenta dos Perfis de Deslocamentos Internos, Conselho de Refugiados da Dinamarca, 2008.
http://www.internal-displacement.org/8025708F004CFA06/(httpKeyDocumentsByCategory)
- Guião de Utilizador da Ferramenta de Identificação do Risco, ACNUR
http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/refworld/rwmain?docid=46f7c0cd2
- Avaliação da Vulnerabilidade e da Capacidade da FICV – VCA
http://www.FICV.org/Docs/pubs/disasters/resources/preparing-disasters/vca/whats-vca-en.pdf
- Ferramenta para a Avaliação Participativa nas Operações, ACNUR
http://www.unhcr.org/publ/PUBL/450e963f2.html

ANEXO 2:**Formulário de Avaliação da CVM e FICV sobre Agregados Familiares****CVM & IFRC Formulário De Avaliação (Household) - Mozambique Flood & Storm Operation 2013**

Informação Geral		
1. Data		
2. Hora		
3. Nome do Voluntário		
4. Sexo do Voluntário	Masculino	<input type="radio"/>
	Feminino	<input type="radio"/>
5. Sexo do chefe da família	Masculino	<input type="radio"/>
	Feminino	<input type="radio"/>
6. Idade do chefe da família		

MEMBROS DA FAMÍLIA		
7. Número de pessoas que vivem nesta casa antes ciclone?		
8. Número de pessoas que vivem nesta casa depois ciclone?		
9. Você se sente seguro ficar aqui?		
A. Sim		<input type="radio"/>
B. Não		<input type="radio"/>
10. Quais são as principais fontes de renda? (Selecione todas que se aplicam)		
A. Agricultura		<input type="checkbox"/>
B. Carvão		<input type="checkbox"/>
C. Emprego (por exemplo carpinteiro)		<input type="checkbox"/>
D. Pesca		<input type="checkbox"/>
E. Outros (tipo)		<input type="checkbox"/>
11. Estas fontes de renda foram alteradas desde o Ciclone?		
A. Sim		<input type="radio"/>
B. Não		<input type="radio"/>

ÁGUA E SANEAMENTO		
12. De onde vem água para beber?		
A. Canal / Rio / Lagoa		<input type="radio"/>
B. Posso aberto		<input type="radio"/>
C. Furo		<input type="radio"/>
D. Bomba a moa		<input type="radio"/>
E. Outro		<input type="radio"/>

13. Esta água limpa		
A. Sim		<input type="radio"/>
B. Não		<input type="radio"/>

14. Se não, quais são os problemas? (Selecione todas que se aplicam)	
A. Cheiro	<input type="checkbox"/>
B. Cor	<input type="checkbox"/>
C. Sabão	<input type="checkbox"/>

15. Usar latrinas, sim ou não?	
A. Latrinas comunitárias	<input type="checkbox"/>
B. Latrinas privadas	<input type="checkbox"/>

16. Se não, o que faz?	
A. Usa enxada	<input type="checkbox"/>
B. A céu aberto	<input type="checkbox"/>
C. Outros	<input type="checkbox"/>

17. Onde povo defecou agora? (Selecione todas que se aplicam)	
D. Latrinas comunitárias	<input type="checkbox"/>
E. Latrinas privadas	<input type="checkbox"/>
F. Perto de casa	<input type="checkbox"/>
G. Defecou aberta	<input type="checkbox"/>

18. Há épocas de água estagnada em perto? (Selecione uma só)	
A. Nenhuma	<input type="radio"/>
B. Pouco	<input type="radio"/>
C. Muitos	<input type="radio"/>

SAÚDE	
19. Tem alguma pessoa doente em casa?	
A. Malária	<input type="checkbox"/>
B. Diarreia	<input type="checkbox"/>
C. Outros (tipo)	<input type="checkbox"/>
Mais do que uma pessoa?	

ABRIGOS	
20. Quem é dono da casa (Selecione um só)	
A. Casa própria	<input type="radio"/>
B. Aluguer	<input type="radio"/>
C. Familiares	<input type="radio"/>
D. Outros (tipo)	<input type="radio"/>
Especifica outros	

21. Quantos anos a casa tem?	
A. 1 - 3 anos	<input type="checkbox"/>
B. 4 - 8 anos	<input type="checkbox"/>
C. 9 + anos	<input type="checkbox"/>

22. Terá sido danificados e reparados em outras tempestades / ciclones antes?

A. Sim	<input type="radio"/>
B. Não	<input type="radio"/>

23. Qual é o fundamento / chão constituído por

A. Terra	<input type="checkbox"/>
B. Cimento	<input type="checkbox"/>
C. Outros (tipo)	<input type="checkbox"/>

24. Materias das paredes

A. Terra	<input type="checkbox"/>
B. Caniço e Terra	<input type="checkbox"/>
C. Bloco de Terra	<input type="checkbox"/>
D. Bloco de Terra (queimado)	<input type="checkbox"/>
E. Bloco de Cimento	<input type="checkbox"/>
F. Outro (tipo)	<input type="checkbox"/>

25. Devido ao ciclone a sua casa ficou afectada?

A. Não destruiu a casa	<input type="radio"/>
B. Destruiu casa parcialmente	<input type="radio"/>
C. Destruiu completamente	<input type="radio"/>

26. Causa do dano?

(Selecione todas que se aplicam)

A. Vento	<input type="radio"/>
B. Chuva	<input type="radio"/>
C. Inundação	<input type="radio"/>

27. É possível usar matérias da casa destruída para a reabilitação da casa nova (Selecione todas que se aplicam)

A. Chapa de Zinco	<input type="radio"/>
B. Porta	<input type="radio"/>
C. Blocos	<input type="radio"/>
D. Janela	<input type="radio"/>
E. Outros	<input type="radio"/>

28. Devido ao ciclone tem sido a sua latrina...?

A. Não tinha	<input type="radio"/>
B. Não afectada	<input type="radio"/>
C. Destruí parcialmente	<input type="radio"/>
D. destruiu completamente	<input type="radio"/>

29. Começou a reabilitação da casa?

A. Sim	<input type="radio"/>
B. Não	<input type="radio"/>

30. O dano foi avaliado desde o ciclone?

A. Governo de Moçambique/INGC	<input type="radio"/>
B. CVM	<input type="radio"/>
C. ONG's?	<input type="radio"/>

31. Recebeu alguma assistência da...?

A. Governo de Moçambique/INGC	<input type="radio"/>
B. CVM	<input type="radio"/>
C. ONG's?	<input type="radio"/>

32. Que assistência precisa?

A. Reparação	<input type="radio"/>
B. Casa nova	<input type="radio"/>
C. Ajuda para alugar casa	<input type="radio"/>
D. Outros	<input type="radio"/>
Se Outros, escreva detalhes	

33. A sua família recebia qualquer ajuda?

A. Sim	<input type="radio"/>
B. Não (vai para 36)	<input type="radio"/>

34. Se sim quais?

A. Mantas	<input type="checkbox"/>
B. Jeri Cans	<input type="checkbox"/>
C. Baldes plásticos	<input type="checkbox"/>
D. Kits de cozinha	<input type="checkbox"/>
E. Ferramentas para reparar casa (Kit de abrigo)	<input type="checkbox"/>
F. Detergente/Sabão	<input type="checkbox"/>
G. Lona	<input type="checkbox"/>
F. Rede Mosquiteira	<input type="checkbox"/>

35. Onde recebeu aquelas coisas?

A. Aqui	<input type="radio"/>
B. Outro lugar	<input type="radio"/>
Onde?	

36. Quais são as necessidades imediatas para a sua família?

1º	
2º	
3º	
4º	
5º	

ANEXO 4

Recomendações extraídas das “Directrizes da Comunidade de Acolhimento”, Grupo de Trabalho Técnico do cluster de abrigo do Haiti, IASC, Junho 2010

- As intervenções das famílias de acolhimento devem ser definidas rapidamente depois da definição do grupo alvo para prevenir a fadiga na investigação e não incentivar mais deslocamento.
- Se as necessidades identificadas por uma organização estiverem dentro das capacidades ou do mandato, devem ser partilhadas com o Grupo de Trabalho das Famílias de Acolhimento para coordenar a implementação com as outras organizações e Clusters.
- A família de acolhimento deve ser considerada como um agregado familiar constituído pelas famílias de acolhimento e as famílias acolhidas que devem decidir de forma conjunta como é que o apoio será usado e/ou dividido.
- O apoio ao nível do agregado familiar e da comunidade deve ser programado conjuntamente, quer para mitigar potenciais conflitos assim como para desenvolver mecanismos mais amplos que irão apoiar as mudanças nas infra-estruturas e nos aspectos socioeconómicos que terão tido lugar em todas as comunidades do Haiti.
- A comunidade mais ampla deve ser envolvida nas intervenções das famílias de acolhimento, tais como a identificação dos hospedeiros e participação na mobilização comunitária que irá envolver as famílias de acolhimento e as famílias deslocadas.
- Os critérios de selecção e as intenções organizacionais para as necessidades da comunidade mais ampla serão partilhados e transparentes para prevenir a fadiga na investigação e as organizações devem desenvolver critérios tais como os indicadores baseados na vulnerabilidade, como o rendimento e as necessidades especiais identificadas pela comunidade.
- Para facilitar a compreensão do movimento da população, deve-se usar mais do que uma ferramenta para triangular a informação. Esta informação deve ser partilhada com/e gerida por uma agência de coordenação tal como o Grupo de Trabalho da Família de Acolhimento ou o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários.
- Enquanto os programas de dinheiro-pelo-trabalho de curto prazo podem rapidamente injectar capital nas comunidades, estratégias de investimento de longo prazo, incluindo a capacitação devem ser desenvolvidas nas comunidades de acolhimento.
- As estratégias de desenvolvimento devem estar baseadas nas intenções das famílias deslocadas para regressar, integrar ou potencialmente reassentar-se em novas comunidades.

Estas intenções enfatizam que o acolhimento não é uma solução durável e que embora alguns acordos possam tornar-se permanentes, é importante compreender a intenção da comunidade de prazo mais longo e desenvolver soluções a longo prazo.

- Para facilitar a compreensão do movimento da população, deve-se usar mais do que uma ferramenta para triangular a informação. Isto pode incluir a informação recolhida através das avaliações, ferramentas de monitoria da comunidade, autoridades locais, análises das comunicações, organizações baseadas na comunidade, etc.
- Esta informação deve ser partilhada e gerida por uma agência de coordenação tal como o Grupo de Trabalho das Famílias de Acolhimento ou o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários.
- Um dos aspectos mais importantes no acompanhamento dos movimentos e das necessidades é a partilha de informação a um nível multi-setorial. Este documento advoga que as organizações humanitárias que trabalham no Haiti usem avaliações rápidas multi-setoriais que irão alimentar o CMT quando for possível.
- Ademais, tendo em conta que muitas organizações já estão a centrar-se sobre os programas nas zonas afectadas, é possível que incluam questões sobre o acolhimento e identificar famílias deslocadas durante os seus levantamentos e discussões em grupos focais.
- Nas etapas iniciais de (futuras) emergências, as organizações devem capacitar as autoridades locais para assumirem a tarefa de identificar deslocados internos e as suas necessidades, bem como mobilizar as comunidades através dos seus processos de avaliação.

Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Humanidade. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

Imparcialidade. Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

Neutralidade. A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

Independência. O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

Voluntariado. É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

Unicidade. Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

Universalidade. O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.